

MUDANÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO DAS
REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL – 1995/2003

Silvana Lopes dos Santos

CPF: 178654798-83

GEPAI - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais
Departamento de Engenharia de Produção
Universidade Federal de São Carlos
Rodovia Washington Luiz, km 235 C.P 676
CEP: 13.565-905 São Carlos – SP - Brasil
e.mail: silvana@dep.ufscar.br

Mário Otávio Batalha

CPF: 518.178.029-68

GEPAI - Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais
Departamento de Engenharia de Produção
Universidade Federal de São Carlos
Rodovia Washington Luiz, km 235 C.P 676
CEP: 13.565-905 São Carlos – SP - Brasil
e.mail: dmob@power.ufscar.br

Grupo de pesquisa: (2) Gestão do Agronegócio

Apresentação em sessão sem debatedor

MUDANÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO ALIMENTAR DA POPULAÇÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL – 1995/2003

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as principais mudanças ocorridas nos padrões alimentares nas regiões metropolitanas do Brasil durante o período de 1995 a 2003. Utilizou-se para análise os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE – 2002/2003. Os resultados apontaram uma queda representativa da renda da população durante o período, com impactos no consumo alimentar. Houve uma diminuição acentuada na quantidade adquirida de alimentos básicos como arroz, feijão, leite e carnes e aumento na aquisição de produtos industrializados como refrigerantes, iogurtes e alimentos preparados, comprovando as tendências apontadas por trabalhos anteriores.

Palavras-chaves: consumo alimentar, renda, regiões metropolitanas.

INTRODUÇÃO

Cada vez mais o tema consumo alimentar tem interessado a diversas áreas de conhecimento. Trata-se de um tema que exige a necessidade de um entendimento multidisciplinar, devido aos vários aspectos envolvidos no consumo alimentar. Estudar os hábitos de consumo alimentar envolve análise dos vários fatores que influenciam diretamente este comportamento, tais como os sociais, psicológicos, culturais e econômicos.

Este último, o fator econômico, parece ser o mais determinante principalmente nos países em desenvolvimento. A variável renda tem uma forte influência na escolha dos alimentos e acaba determinado a quantidade e qualidade dos alimentos na mesa da população menos privilegiada.

Para entender o comportamento do consumidor de alimentos, tornam-se relevantes pesquisas que visem acompanhar as mudanças ocorridas nos hábitos alimentares ao longo do tempo. Um fato que parece ter ajudado a gerar muitas mudanças nos padrões alimentares foi a globalização. O consumidor brasileiro, com a abertura do mercado interno, passou a ter acesso a alimentos que antes não consumia, pois alguns produtos nacionais tiveram seus preços alterados devido principalmente a concorrência dos produtos externos.

Além destes aspectos econômicos, fatores sociais tais como constante diminuição de tempo para tarefas domésticas provocada principalmente pelo aumento do número de mulheres que trabalham fora dos domicílios, crescente número de pessoas que moram sozinhas, aumento da distância do local de trabalho, entre outras coisas, vem contribuindo para alterações nos padrões de consumo alimentar.

Um fator que reforça a necessidade de um aprofundamento nesta área de consumo alimentar é a questão da obesidade no país está sendo posta em discussão devido a seus números alarmantes. Resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003 do IBGE aponta que 40% da população brasileira estão acima do peso. Este fator contribui para que as políticas públicas também interfiram neste processo e conseqüentemente nos padrões alimentares.

Em termos biológicos, alguns autores argumentam que há uma pré-disposição genética do ser humano em preferir alimentos gordurosos, açúcares e sal, o que faz com que a mudança de hábitos alimentares seja um trabalho árduo e de longo prazo (BIRCH, 1999). Além deste fator, os hábitos alimentares aprendidos na infância, principalmente no ambiente familiar são difíceis de serem alterados ou substituídos.

Todas as questões levantadas são importantes e merecem ser consideradas quando se pretende estudar os hábitos de consumo alimentar. Mediante estas considerações, este artigo pretende fazer uma breve revisão dos trabalhos que envolvem o tema e uma análise das principais mudanças ocorridas nos padrões alimentares das regiões metropolitanas do Brasil durante o período de 1995 a 2003, tendo como pano de fundo o a situação econômica do país durante os períodos analisados e a variação do rendimento médio anual da população.

Consumo alimentar: uma abordagem multidisciplinar

As pesquisas voltadas para o estudo de padrões de consumo alimentar estão cada vez mais sendo focadas em áreas de conhecimento variadas como nutrição e saúde, economia, sociologia, psicologia, entre outras (MONTEIRO et. Al, 2000; POULAIN e PROENÇA, 2003; BARRETO et. Al., 1998; HOFFMAN, 2000; MINTZ e BOIS, 2002; TURREL, 1998; LINDEMAN et.al., 2000).

Isto se deve ao fato da alimentação poder ser analisada sob várias perspectivas que são ao mesmo tempo independentes e complementares. De acordo com OLIVEIRA e THEBAUD-MONY (1997), esta perspectiva pode ser *econômica*, que envolve a relação entre oferta e demanda, preço e renda; a *nutricional*, cujo enfoque são os componentes dos alimentos indispensáveis à saúde e bem-estar do indivíduo; *social*, voltada mais a associação entre alimentação e as várias formas de organização social, diferenças de consumo, estilos de vida; e *cultural*, que se referem aos hábitos, representações, simbolismos, entre outros.

Assim, o estudo do consumo alimentar deve considerar uma abordagem multidisciplinar mesmo que, na maioria das vezes, seja necessário um recorte para a compreensão mais clara deste fenômeno.

As variáveis que tem sido mais destacadas para ao estudo do consumo alimentar no Brasil estão relacionadas a fatores sócio-econômicos. A maioria dos trabalhos e pesquisas que aborda o referido tema ainda tem o foco principal de investigação de questões ligadas à produção e abastecimento de alimentos (OLIVEIRA e THÉBAUD-MONY, 1997). Por se tratar de um país em desenvolvimento, com grandes desigualdades sociais, renda e preço parecem ser ainda os fatores mais determinantes na escolha dos alimentos.

De acordo com HOFFMAN (2000), a variação do consumo de alimentos em função da renda é um dos temas clássicos da Econometria. Um dos estudos mais famosos na área é o realizado por *Ernst Engel* em 1857 onde foi mostrado que a proporção da renda gasta com alimentos diminui à medida que a renda familiar aumenta, denominada até os dias atuais de *Lei de Engel*.

Outro ponto que se destaca na literatura sobre consumo alimentar refere-se a relação entre a escolha de uma alimentação considerada saudável versus renda. De acordo com TURREL (1998), a qualidade dos alimentos consumidos que determinam hábitos de dietas saudáveis tem como importante variável o fator econômico. Segundo o autor, renda e preferência por alimentos estão significativamente relacionadas. Em seu estudo realizado na Austrália, sujeitos com alta renda indicaram gostar de um maior número de alimentos considerados saudáveis do que os de baixa renda. Uma explicação para este fato, segundo o autor, seria que indivíduos de baixa renda podem não ter tido acesso às mesmas informações sobre alimentos saudáveis e também não terem sido expostos a eles. A hipótese é que falta desta exposição poderia ter impedido o desenvolvimento de preferências.

Esta questão relacionada à renda e consumo de alimentos saudáveis tem sido interesse de muitos autores. Os argumentos estão fundamentados em uma preocupação não somente no Brasil, mas em todo o mundo, com o aumento da obesidade e dos riscos de doenças associadas a uma má alimentação. DARMON et. al. (2003) realizou um estudo na França onde procurou investigar se a restrição econômica levaria a seleção de alimentos mais densos energeticamente. Os resultados indicaram que os custos dos alimentos para a população de baixa renda funcionam como uma barreira para a alimentação saudável. Neste sentido, a restrição econômica induziria a seleção de dietas mais densas energeticamente. Além disto, as pessoas de baixa renda, como precisam optar mais, acabam escolhendo alimentos que lhes darão mais energia. Por outro lado, isto também pode ser um reflexo da preferência cultural pelo gosto de alimentos com alto teor de gordura.

Esta preferência “inata” por alimentos densos energeticamente pode ser explicada quando nos recorremos ao fator da evolução humana para o entendimento do comportamento de escolha e consumo de alimentos. Haveria uma predisposição genética do ser humano em preferir alimentos mais calóricos devido ao fato de que em sua evolução, para manter a sobrevivência de sua espécie, adaptava-se de acordo com as condições ambientais. Num ambiente escasso de alimentos, o animal aprenderia primeiro a identificar os alimentos ricos em calorias que forneceriam energia necessária para as funções vitais de seu corpo. Como no ambiente atual estes alimentos estão prontamente disponíveis, esta predisposição seria um dos grandes fatores que levam à obesidade no ser humano (BIRCH, 1999).

Pode-se supor então que há uma dicotomia entre o racional e hedônico na escolha de alimentos e que o fator renda de certa forma acaba delimitando esta decisão. BARRETO e CYRILLO (2001), por exemplo, ressaltam que a seleção de itens alimentares, dada as restrições orçamentárias, é feita com base nas preferências individuais (paladar). Por outro lado, quando se trata da cesta básica, o determinante principal do produto é a racionalidade, que seria a ingestão de nutrientes apropriados a baixo custo.

Um outro aspecto a ser considerado é com relação à informação e a escolha de uma alimentação saudável. Será que as pessoas mais informadas sobre saúde e nutrição estão mais preocupadas com as escolhas de seus alimentos? Uma pesquisa realizada no Brasil sobre hábitos de consumo alimentar (BATALHA et. al., 2004) mostrou que pessoas preocupadas com a qualidade da alimentação e que gostam de falar sobre comidas são as de maior nível de formação. As pessoas analfabetas ou com baixo nível de formação, enquadram-se num perfil onde não se há este tipo de preocupação e sim com a quantidade de alimentos disponíveis. Por outro lado, quando os indivíduos desta foram questionados sobre o que levam em conta na hora da alimentação durante os dias da semana, independente da formação dos sujeitos, todos mostraram preocupação com a saúde quando escolhem seus alimentos. Uma ressalva dos autores é que o conceito de saúde pode ser diferente dependendo do nível de formação. Para os de menor formação, saúde pode estar associada ao não estar doente e para os de maior formação pode referir-se à forma física.

Uma pesquisa recente realizada em Minnesota por EIKENBERRY e SMITH (2004) constatou que a alimentação saudável é definida de maneiras bem similares tanto por pessoas de baixa renda como de alta renda. Frutas e vegetais foram citadas com mais frequência independente da renda ou raça.

Um dos grandes problemas que parece haver neste caso é a qualidade da informação nutricional. De acordo com LINDEMAN e ROSCHIER (2000) o acesso às informações sobre alimentação e saúde das pessoas em geral são obtidas através da mídia, muitas vezes de uma forma distorcida. Segundo os autores, a maioria destas informações não tem nenhuma base científica e acabam causando confusões sobre o que é realmente saudável.

Outra dificuldade que parece surgir é o fato de que muitas vezes a informação não leva a mudança de hábito. De acordo com NESTLE et. al. (1998) uma mudança de comportamento em relação a alimentação não é simples como aparentemente parece. Ser informado sobre os riscos de má-alimentação não costuma ter muito efeito sobre a mudança de comportamento. Esta mudança envolve toda uma reestruturação dos hábitos diários, deste o lugar onde se compra o produto até a aceitação na família. Assim, as barreiras psicológicas, comportamentais e ambientais devem ser quebradas para que haja mudanças nos hábitos alimentares. O principal problema também enfrentado não é a mudança em si, mas a manutenção do novo comportamento.

NOTAS METODOLÓGICAS

Os dados utilizados no presente estudo têm como origem as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) realizadas pela Fundação IBGE. Este tipo de pesquisa visa mensurar as estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos das famílias e permite traçar um perfil das condições de vida da população brasileira a partir da análise de seus orçamentos domésticos.

Optou-se por trabalhar os dados da POF 95/96 e da POF 02/03 visando verificar as mudanças ocorridas neste período. Como estas duas pesquisas trabalharam com amostras de população e tipos de rendimentos e despesas diferentes, tornou-se inviável fazer um estudo comparativo em relação ao percentual gasto com alimentação e quantidades de

alimentos adquiridas utilizando os dados brutos das tabelas fornecidas pelo IBGE. A POF 95/96 apenas considerou as regiões metropolitanas do Brasil, bem como foram utilizados dados referentes somente às despesas monetárias. A POF 02/03 trabalhou com uma amostra da população mais abrangente, inclusive considerado a região rural, além de despesas monetárias e não monetárias.

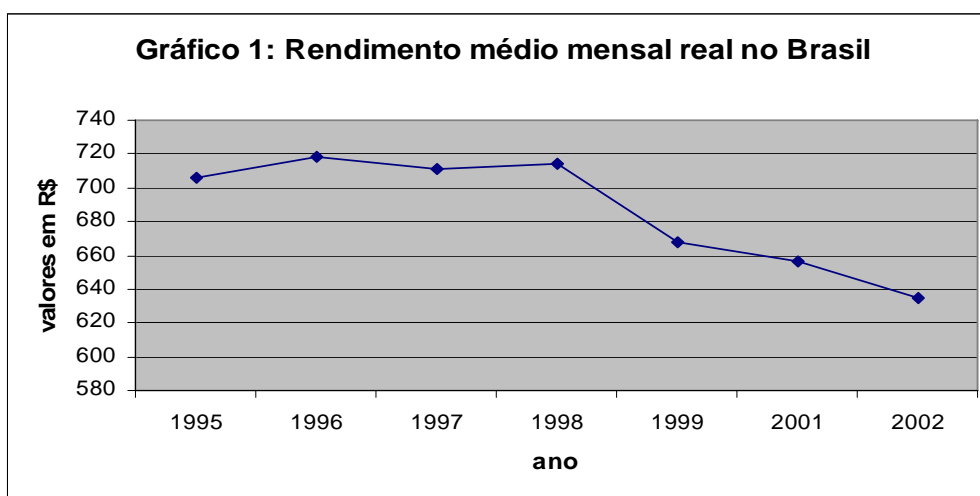
Mediante isto, os dados trabalhados fazem parte do Relatório da POF 2002-2003, onde os resultados obtidos em relação à quantidade de alimentos adquiridos para consumo em domicílio, foram comparados com os das POF's anteriores. Para que fosse viabilizada esta comparação, o IBGE considerou apenas as informações referentes às regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília, e produtos alimentares adquiridos por despesas monetárias. Fazem parte da amostra somente os alimentos que tiveram variações significativas durante o período estudado.

Para se investigar a variação do rendimento médio mensal do brasileiro durante o período de estudo (1995-2003) foram utilizados os dados do IBGE de Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 1992/2002.

As variações de renda e as mudanças nos padrões de consumo alimentar

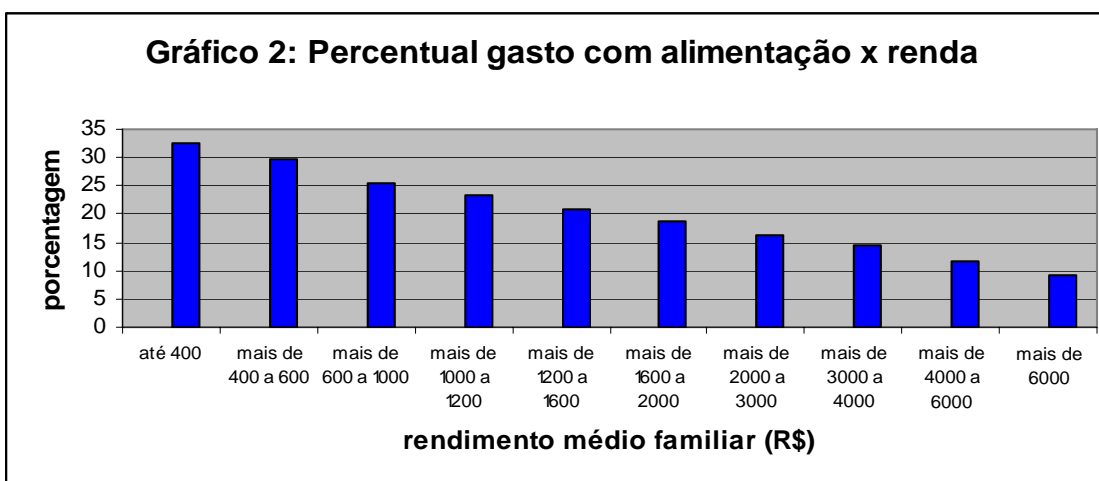
Em relação à renda, o gráfico 1 mostra que houve um declínio no poder aquisitivo da população brasileira, principalmente a partir de 1998, durante o período estudado, onde se observa que de uma renda média de R\$ 706,00 em 1995 houve uma queda R\$ 635,00 em 2002, ou seja, uma diminuição em torno de 10%.

A diminuição na renda, associada a outros fatores, provoca mudanças nos padrões de consumo da população. Dentre estas mudanças, a alimentação parece ser a que mais sofreu interferências nos últimos anos.



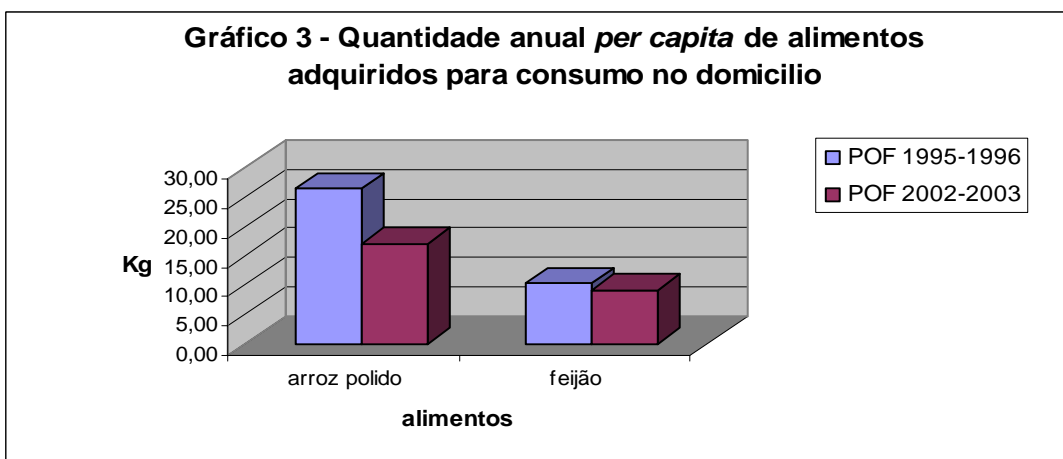
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE - 1992/2002

Quanto aos gastos com alimentação, o gráfico 2 mostra que quanto maior a renda, menor é o percentual gasto com alimentação no domicílio. Como se percebe, quem tem rendimentos até R\$400,00 mensais gastam cerca de 32% com alimentação, enquanto quem tem rendimentos acima de R\$ 6000,00 gastam em torno de 10%, confirmando desta forma a *Lei de Engel*.



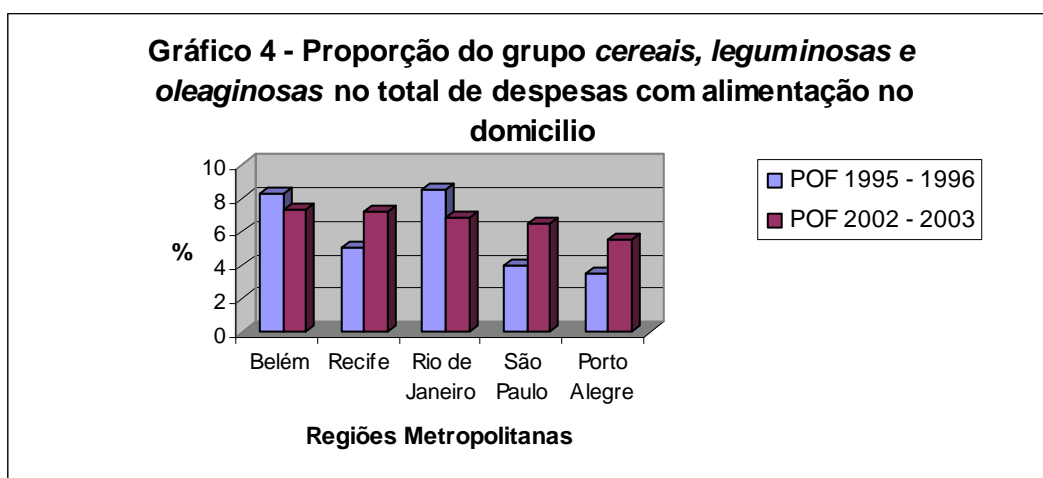
Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

As mudanças referentes às quantidades de alimentos adquiridos para consumo no domicílio durante o período estudado estão expressas nos gráficos abaixo. Os primeiros alimentos considerados são os produtos de consumo básico como o arroz e o feijão. O gráfico 3 apresenta uma queda na quantidade adquirida destes produtos, com um maior destaque para o arroz que obteve uma redução de 35% de quantidade adquirida durante o período.



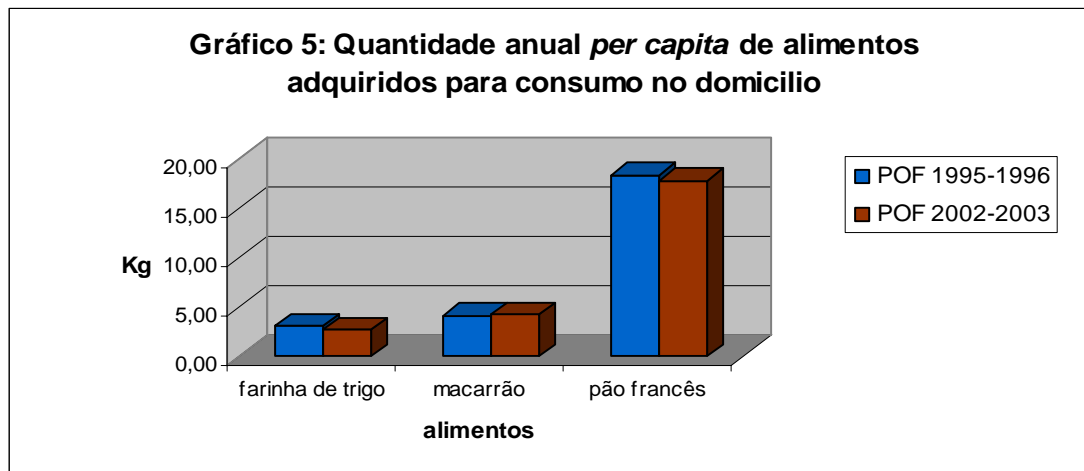
Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

Quanto ao percentual de renda gasto com estes alimentos, o gráfico 4 mostra o percentual de despesas com o grupo dos *cereais, leguminosas e oleaginosas* das principais regiões metropolitanas analisadas, que correspondem basicamente ao consumo do arroz e feijão. Apesar de ter diminuído a aquisição em quantidade no total destas regiões, quando considerado o percentual gasto com estes produtos em algumas localidades, nota-se um aumento significativo em São Paulo, Recife e Porto Alegre. Isto indica que se no geral a quantidade adquirida destes alimentos foi reduzida, em algumas regiões principais, o gasto foi maior.



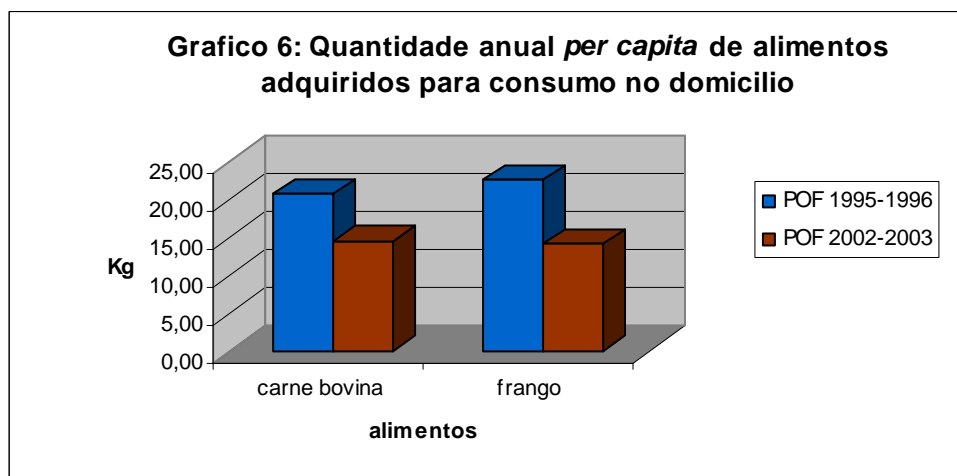
Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

Alimentos como farinha de trigo, macarrão e pão não tiveram mudanças muito significativas durante o período considerado (gráfico 5). Dentre estes, o que obteve maior queda na quantidade adquirida foi o pão, seguido da farinha de trigo que também foi reduzida e o macarrão que obteve um pequeno aumento na quantidade.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

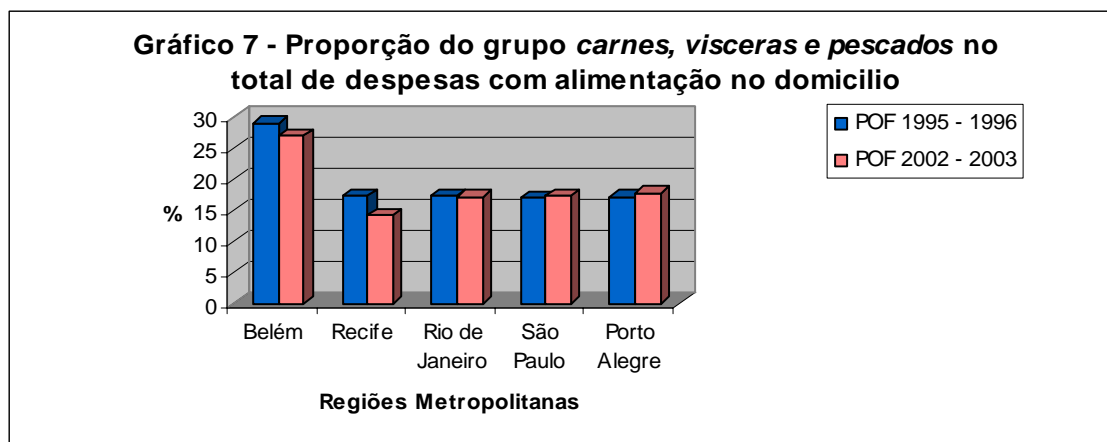
Quanto ao consumo de carne bovina e frango, o gráfico 6 indica uma diminuição significativa de mais de 50% na quantidade adquirida destes alimentos, com destaque para o frango.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

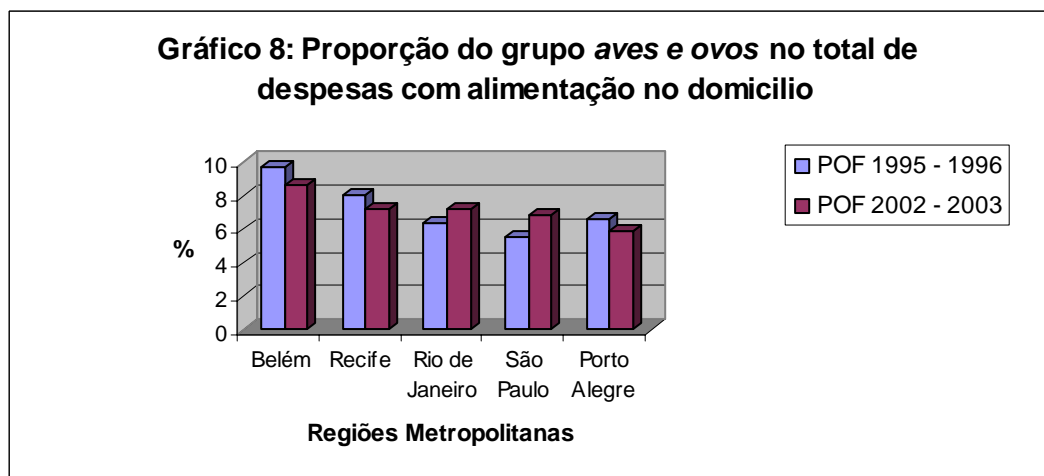
Apenas para se ter uma base da proporção destes produtos no total de despesa da alimentação no domicílio, foram verificados os resultados da análise dos grupos de *carnes, vísceras e pescados e aves e ovos*. Apesar destes grupos incluírem outros alimentos além da carne bovina e frango, os resultados ajudam a perceber o comportamento em termos percentuais destes tipos de alimentos.

Com relação à carne, o grupo correspondente apresentou uma redução do percentual mais expressiva nas regiões de Belém e Recife, sendo muito pouco significativa no Rio de Janeiro. Nas demais regiões houve um pequeno aumento no período (gráfico 7).



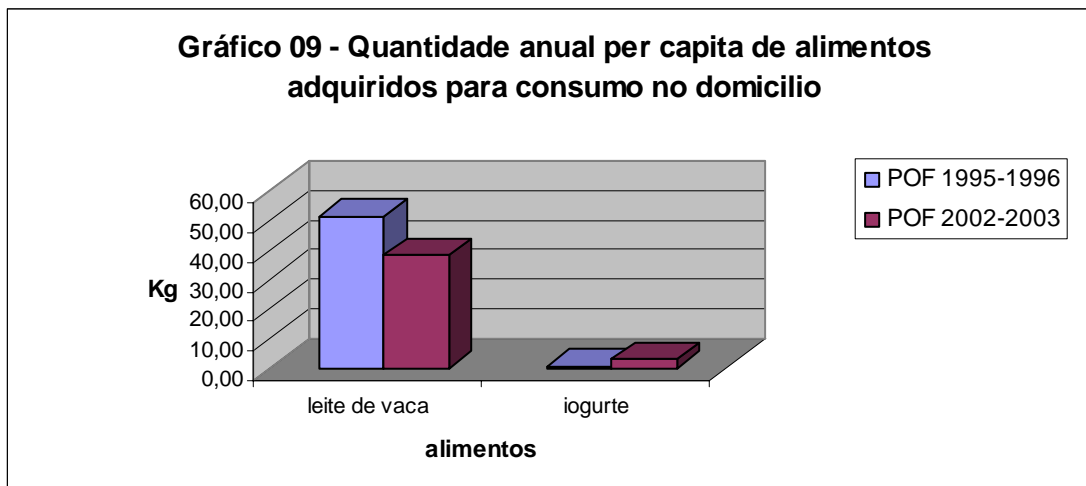
Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

Quanto ao frango, pode ser verificado no gráfico 8 que o grupo *aves e ovos* apresentou um aumento percentual de despesa apenas na região de São Paulo e Rio de Janeiro. Em Belém, Recife e Porto Alegre, o percentual diminuiu durante o período.



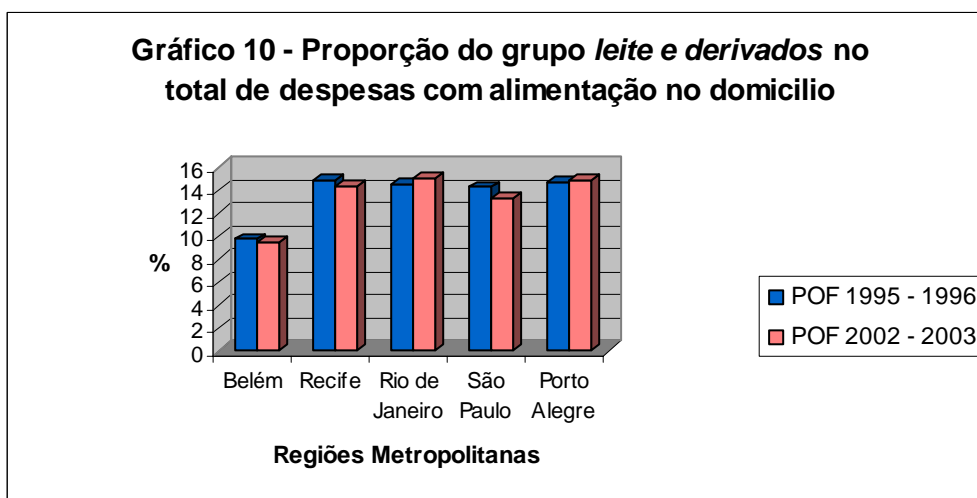
Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

Os produtos leite e iogurtes também apresentaram resultados interessantes como pode ser verificado no gráfico 10. O leite teve uma queda acentuada na quantidade adquirida enquanto que o iogurte aumentou em mais de 100%.



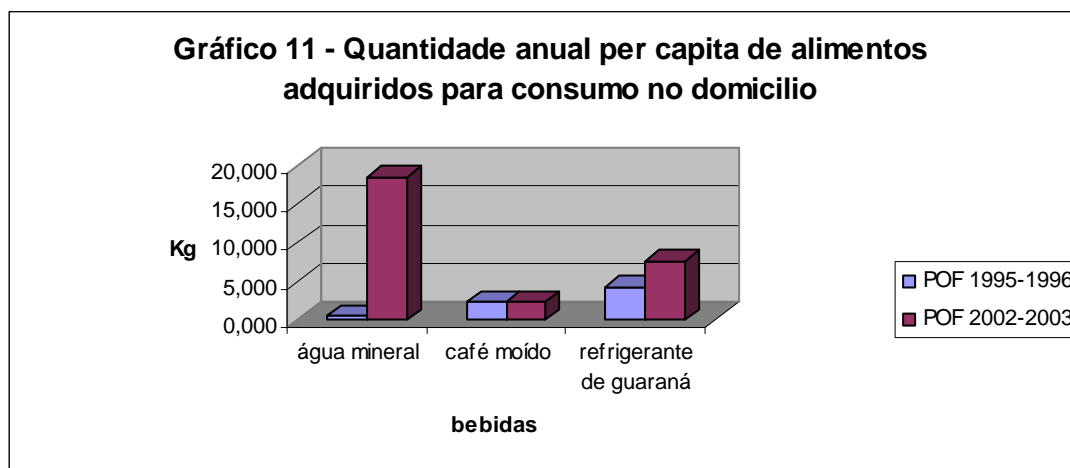
Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

Com relação ao percentual de despesa com estes produtos, analisou-se o grupo *leite e derivados* representados no gráfico 10. Como se percebe, houve um pequeno aumento no percentual de despesa no Rio de Janeiro e Porto Alegre. Nas demais regiões ocorreu uma redução, sendo mais significativa na região de São Paulo.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

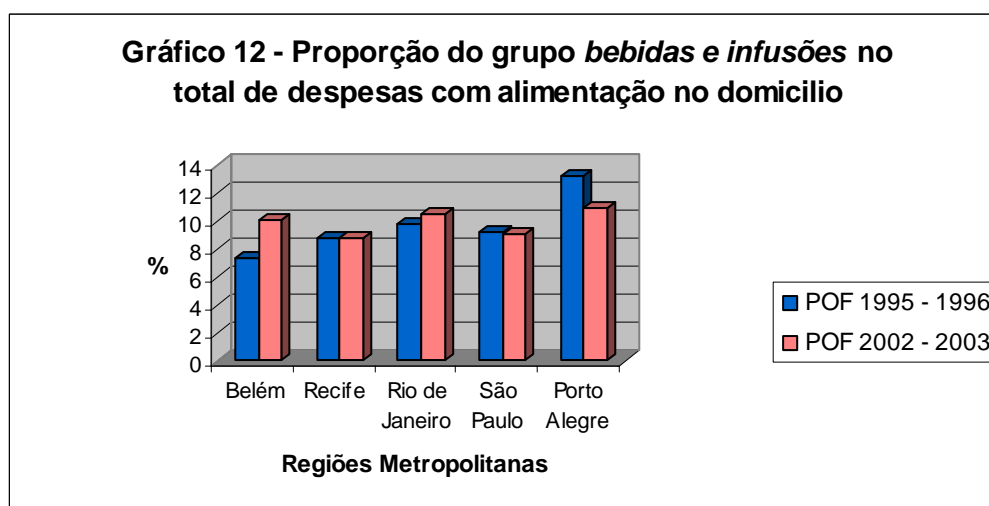
Alguns tipos de bebidas também foram investigados neste estudo. Como mostra o gráfico 11, as que obtiveram um aumento considerável durante o período foi principalmente a água mineral, que triplicou a quantidade adquirida em domicílio, seguida pelo refrigerante de guaraná que obteve um aumento de mais de 100% na aquisição. Quanto ao primeiro, o uso de galões de 20 litros parece ter sido um dos grandes motivadores destas mudanças.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

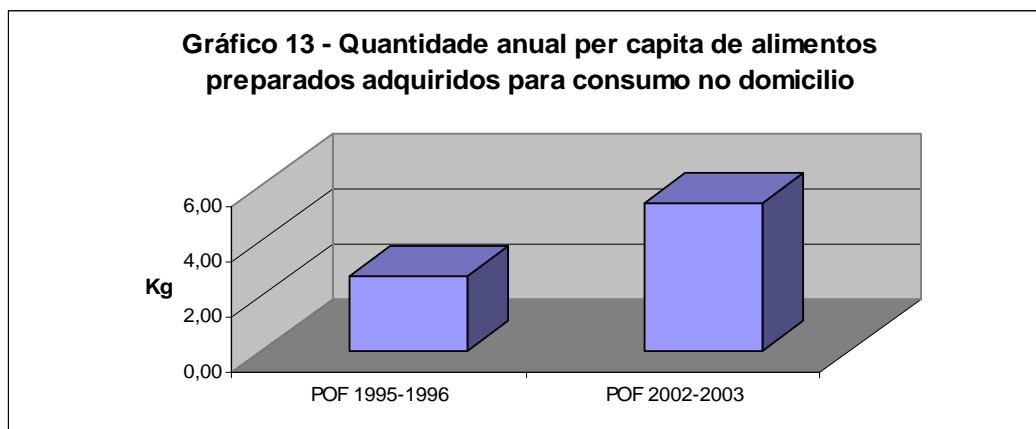
Para se ter uma noção dos gastos com estes produtos, analisou-se o grupo *bebidas e infusões*. Neste grupo também constam as bebidas alcoólicas que não foram investigadas no estudo, mas o resultados são importantes para que se tenha uma visão geral do que ocorreu no período em termos percentuais de despesa.

A análise do gráfico 12 mostra que o nível do percentual de despesa com este grupo variou muito de uma região para outra. Em Belém o aumento foi considerável, sendo que em Porto Alegre foi a redução do percentual mais significativa. No Rio de Janeiro houve também um pequeno aumento e em Recife e São Paulo pode ser notada pouca alteração.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

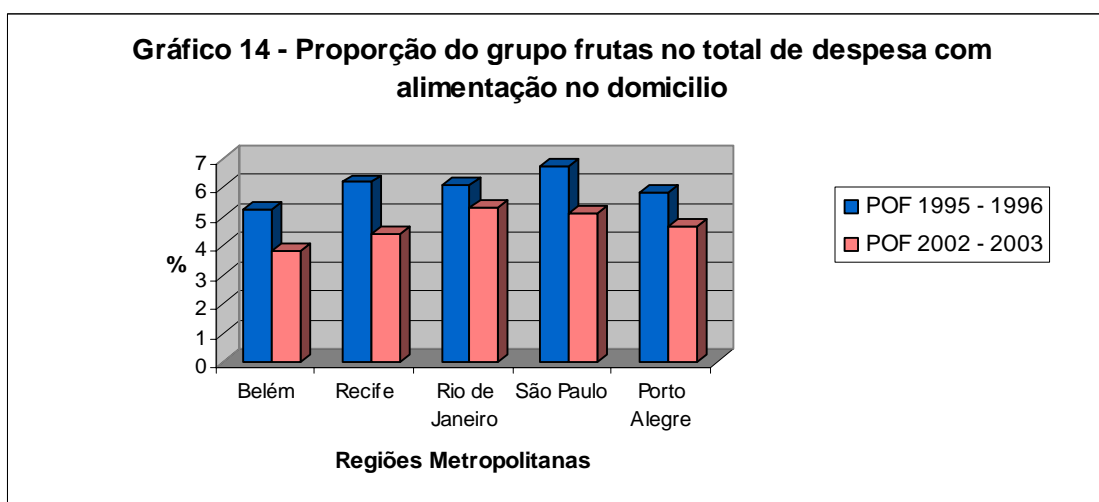
Um produto muito representativo das mudanças de hábitos é o alimento preparado. Como se pode verificar no gráfico 13, este produto obteve um aumento de 99% de quantidade adquirida durante o período, demonstrando uma forte tendência na aquisição deste tipo de alimento.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

Como não foi analisada pelo IBGE a quantidade adquirida de frutas no domicílio e sendo este um alimento importante que faz parte do grupo *in natura*, utilizou-se a variação percentual de despesa com estes alimentos nas principais regiões metropolitanas estudadas objetivando verificar as mudanças ocorridas no período.

O gráfico 14 mostra que em todas as regiões estudadas, o percentual de despesas com frutas no domicílio obteve uma queda significativa, o que sugere que tenha ocorrido uma diminuição na quantidade adquirida destes alimentos.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares / IBGE – 2002/2003

CONCLUSÕES

Estes resultados sugerem que durante o período de 1995 a 2003 nas regiões metropolitanas do Brasil houve uma queda expressiva na quantidade adquirida para consumo no domicílio de produtos alimentares básicos como o arroz, feijão, carnes e leites e pelo percentual de despesa, uma diminuição também no consumo de frutas. Estes alimentos são ricos em proteínas, carboidratos e minerais, ou seja, são importantes para uma alimentação saudável e equilibrada. Por outro lado, pôde ser verificada uma tendência no consumo de alimentos preparados, um aumento representativo no consumo de iogurtes e refrigerantes.

Um estudo que corrobora com estes resultados é de MONTEIRO et. al. (2000) que analisou a composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil, durante o período de 1988-1996. Este estudo indicou o declínio do consumo relativo de frutas e de sucos naturais e um aumento na contribuição calórica proveniente do açúcar refinado e dos refrigerantes. Além disto, foi constatado na pesquisa que o consumo relativo de legumes, verduras e frutas ficou bem abaixo do limite mínimo de 7% determinado pela Organização Mundial de saúde.

Quanto a queda percentual de despesa com frutas nas principais regiões metropolitanas estudadas, o resultados obtidos confirmam a tendência já constatada por BARRETO E CYRILLO (2001) em uma pesquisa no Município de São Paulo que investigou o consumo alimentar comparando-se o período de 1990 a 1996. Os resultados apresentaram um aumento em todas as classes de renda familiar no consumo de produtos industrializados e uma clara redução na percentagem gasta com itens semi-elaborados e *in natura*, apesar da queda dos preços relativos destes produtos durante aquele período não justificarem tal redução percentual. Segundo os autores, isto representaria um risco potencial a maior frequência de doenças crônico-degenerativas, e, segundo sua pesquisa, os motivos que levaram a esta diminuição não pareceram ter suas origens unicamente no preço de mercado. Durante o período da pesquisa, a tendência no decréscimo na parcela dos gastos com produtos *in natura* manteve-se apesar da queda de seus preços relativos.

Para se entender os resultados obtidos nesta pesquisa, torna-se fundamental analisar inicialmente a influência dos fatores econômicos considerando os dois períodos do estudo, no que diz respeito à renda e aos preços dos alimentos.

Quanto à renda, pode-se perceber que há uma relação direta entre a queda no rendimento médio da população e o aumento percentual do gasto com o grupo de alimentos analisados na maioria das regiões metropolitanas. Ou seja, apesar de se ter consumido menos, o percentual de gasto foi maior.

Com relação aos preços, durante este período o preço dos alimentos com maior peso na cesta ficou abaixo do índice inflacionário (CONSIDERA et al.,2002). De acordo com FARINA & NUNES (2002), após o Plano Real, no período compreendido principalmente entre 1994 e 1997, os preços reais dos alimentos nas regiões metropolitanas brasileiras reduziram-se fortemente, chegando em 2001 com índices reais de preços 15% inferiores ao ano de 1994. Nesta época, a taxa de câmbio era fixa no Brasil o que fez com que houvesse

um menor investimento no mercado externo, voltando-se assim para o mercado interno. Este aumento na quantidade ofertada de alimentos no mercado doméstico, entre outros fatores, provocou uma queda dos preços reais durante este período.

De acordo com os autores, esta redução de preços tendeu-se a manter nos períodos subsequentes. O maior destaque foi para o iogurte, que além de ter seus preços reduzidos em até 40% até 1997, houve também um aumento de sua demanda. Isto de certa forma também explica o aumento no consumo de iogurte apresentado nesta pesquisa. Também segundo GARCIA (2003), durante o período de 1992 a 1995, a importação de produtos alimentares industrializados cresceu 409%, com maior destaque para leite e derivados e de bebidas, o que também pode explicar a alta no consumo destes produtos no período estudado, como apontam os resultados.

Por ter havido queda nos preços reais dos alimentos, esperar-se-ia um aumento de consumo e não uma diminuição como mostrou este estudo. Por esta razão é importante considerar o contexto econômico do outro período analisado, 2002/2003. O Brasil estava vivenciando um outro quadro econômico, com regime de câmbio flutuante e ano eleitoral. De acordo com MARGARIDO et. al. (2003), a partir do segundo semestre de 2002, período em que a POF 2002/2003 iniciou sua coleta de dados, uma série de fatores começou a pressionar o nível de preços como o próprio processo eleitoral, que levou a uma forte especulação no mercado e uma acentuada desvalorização da taxa de câmbio. Os autores argumentam de forma especulativa que, esta situação acabou provocando um investimento maior no mercado externo, reduzindo desta forma a quantidade ofertada no mercado doméstico e, assim, pressionando os preços dos alimentos em nível de atacado e varejo. Este fato pode explicar a queda tão acentuada na quantidade de alimentos adquiridos durante este período.

Não é objetivo deste trabalho fazer uma análise econômica mais profunda de cada período. Estas considerações são importantes e demonstram claramente o quanto os fatores econômicos interferem no comportamento de consumo alimentar da população e, portanto, precisam ser levadas em conta na análise destes resultados.

No entanto, apenas estes fatores não explicam, por exemplo, o aumento no consumo de produtos mais elaborados, como os alimentos preparados. Neste caso, torna-se importante recorrer aos fatores sociais para se entender estas mudanças. Por se tratar de principalmente de regiões metropolitanas, o aumento de quantidade de alimentos preparados apresentado nos resultados pode ser decorrente de aspectos sociais como a escassez de tempo para preparo e consumo dos alimentos, devido principalmente ao aumento do número de mulheres que trabalham fora, além da conveniência, número de pessoas por domicílio, entre outras variáveis. Esta necessidade de se “ganhar tempo” acaba forçando a escolhas muitas vezes inadequadas em termos nutricionais.

Em suma, estes resultados mostram que a alimentação da população das regiões metropolitanas durante o período analisado sofreu mudanças marcantes em termos de redução no consumo de alimentos básicos e importantes para uma dieta equilibrada. Neste sentido houve também uma queda da qualidade da alimentação comprovando a tendência já apontada por trabalhos anteriores. Estas mudanças sofreram interferências principalmente dos fatores econômicos e sociais ocorridos durante o período analisado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARRETTO, S. A. J.; CYRILLO, D. C. (2001) Análise da composição dos gastos com alimentação no município de São Paulo (Brasil) na década de 1990. Revista de Saúde Pública, 35(1):52-9.
- BARRETTO, S. A. J.; CYRILLO, D. C.; COZZOLINO, S.M.F.(1998) Análise nutricional e complementação alimentar de cesta básica derivada do consumo. Revista de Saúde Pública, 32(1):26-35, fev.
- BATALHA, M. O., CHEUNG, T.L., SANTOS, S.L., LAMBERT, J.L. (2004) Hábitos de Consumo alimentar no Brasil: um estudo exploratório. Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuibá, MT, julho.
- BIRCH, L. L. (1999) Development of food preferences. Annual Reviews Nutrition, 19, 41-62.
- DARMON, N.; FERGUSON, E.; BRIENDI, A. (2003) Do economic constraints encourage the selection of energy dense diets? Appetite, 41, p. 315-322.
- EIKENBERRY, N., SMITH, C. (2004) Healthful eating: perceptions, motivations, barriers, and promoters in low-income Minnesota communities. Journal of the American Dietetic Association, 104, 1158-1161.
- FARINA, E.; NUNES, R. (2002) A evolução do sistema agroalimentar e a redução de preços para o consumidor: o efeito de atuação dos grandes compradores. Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial. Estudo Temático no. 02/02.
- FUNDAÇÃO IBGE. Pesquisa de orçamentos familiares 2002-2003: Primeiros resultados: Brasil e regiões, Rio de Janeiro, 2004.
- GARCIA, R. W. D. (2003) Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. Revista Nutrição, 16(4): 483-492, out./dez.
- HOFFMANN, R. Elasticidade-renda das despesas com alimentos em regiões metropolitanas do Brasil em 1995-96. Informações Econômicas. São Paulo, v.30, n°2, n2, 2000.
- LINDEMAN, M.; KESKIVAARA, P.; ROSCHIER, M. (2000) Assessment of magical beliefs about food and health. Journal of Health Psychology, 5(2), 195-209.
- MARGARIDO, M. A.; BUENO, C. R. F; MARTINS, V. A. (2003). Análise da evolução dos índices da cesta de mercado pós-plano real na cidade de São Paulo. Informações Econômicas, SP, v. 33, n.2, fev.
- MINTZ , S.W.; BOIS, C.M.D (2002) The anthropology of food and eating. Annual Rev. Anthropology, 31:99-119.
- MONTEIRO, C. A; MONDINI, L.; COSTA, R. B. (2000) Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). Revista de Saúde Pública, n.3, n.3, p.251-58, junho.

NESTLE, M.; WING, R.; BIRCH, L.; DISOGRA, L; DREWNOWSKI, A; MIDDLETON, S.; SIGMAN-GRANT, M.; SOBAL. J.; WINSTON, M.; ECONOMOS, C. (1998) Behavioral and social influences on food choice. Nutrition Reviews, v. 56, n.5, 50-74.

OLIVEIRA, S. P.; THEBAUD-MONY, A. (1997) Estudo do consumo alimentar: em busca de uma abordagem multidisciplinar. Revista de Saúde Pública,31(2): 201-8, abril.

POULAIN, J.; PROENÇA. R.P.C. (2003) Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. Revista Nutrição, 16(4):365-386, out/dez.

TURREL, G. (1998) Socioeconomic differences in food preference and their influence on healthy food purchasing choices. Journal of Human Nutrition and Dietetics, 11, 135-149.